

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Apresentamos o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e as Notas Explicativas da Icatu Seguros S.A., relativas aos exercícios em 31 de dezembro de 2015 e 2016 da Icatu Seguros S.A., além dos respectivos pareceres dos Auditores Independentes e Comitê de Auditoria. O faturamento (*) da Icatu Seguros S.A em 2016 foi de R\$ 2,3 bilhões, em linha com o resultado alcançado no ano anterior. Ao longo do ano a Icatu Seguros S.A. realizou a transferência de parte das operações de seguros de pessoas, prevista em contrato, para a Rio Grande Seguros e Previdência S.A., sua controlada. Por esta razão, o faturamento nas demonstrações financeiras individuais da Icatu Seguros S.A. ficou em linha com o ano anterior. Já o faturamento global, que inclui as controladas, apresentou crescimento de 10,9%. A soma dos resultados das operações de seguros, previdência complementar e resseguro alcançou R\$ 329,1 milhões, aumento de 5,7% comparado a 2015. A Companhia apresentou lucro líquido de R\$ 266,3 milhões em 2016, crescimento de 23% em relação ao ano anterior. O patrimônio líquido atingiu R\$ 1,1 bilhão em 31 de dezembro de 2016, líquidos da distribuição de R\$ 110 milhões de dividendos definidos em Assembleia Geral Ordinária de março/2016 e de R\$ 70,0 milhões de dividendos intermediários definidos em Assembleia Geral Extraordinária de novembro/2016, representando um crescimento de 23,8% em relação ao ano anterior. As provisões técnicas de seguros e previdência complementar somaram R\$ 13,4 bilhões em 2016, aumento de 24,1% em relação a 2015. A Companhia administra os seus negócios de acordo com as melhores práticas de acordo com as melhores práticas de gestão de ativos, passivos e risco, garantindo a capacidade financeira de honrar todos os seus compromissos, de acordo com os preceitos da Circular SUSEP nº 521/2015. A empresa mantém sólida posição financeira, com excesso de ativos vinculados à cobertura de reserva da ordem de R\$ 285,4 milhões. A Icatu Seguros S.A. agradece aos seus acionistas, funcionários, parceiros e corretores pela conquista desses resultados. Agradece também aos clientes pela preferência e confiança e à SUSEP pelo apoio. Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2017. A Administração.

* Faturamento = prêmios emitidos líquidos + contribuições para cobertura de risco + receita com emissão de apólices + receita com resseguro + rendas de contribuições e prêmios + rendas com taxas de gestão e outras taxas.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Em milhares de reais)

	2016	2015		2016	2015
		(Reclassificado)			(Reclassificado)
Ativo Circulante	12.994.498	10.400.594	Passivo Circulante	2.341.163	1.996.728
Caixa e Bancos	25.568	23.533	Contas a Pagar	107.574	110.186
Aplicações	Nota 5 12.640.089	10.096.202	Obrigações a Pagar	60.241	80.680
Créditos das Operações com Seguros e Resseguros	115.843	103.415	Impostos e Encargos Sociais a Recolher	10.555	10.724
Prêmios a Receber	94.683	89.395	Encargos Trabalhistas	9.754	7.334
Operações com Seguradoras	7.765	6.320	Impostos e Contribuições	2.476	926
Operações com Resseguradoras	13.395	7.700	Excedente Técnico a Pagar	24.548	10.522
Créditos das Operações com Previdência Complementar	261	358	Débitos de Operações com Seguros e Resseguros	91.021	76.987
Valores a Receber	261	358	Prêmios a Restituir	1.436	1.333
Outros Créditos Operacionais	Nota 8 65.841	69.038	Operações com Seguradoras	14.411	14.075
Ativos de Resseguro e Retrocessão - Provisões Técnicas	Nota 16 30.643	30.937	Operações com Resseguradoras	37.562	23.510
Títulos e Créditos a Receber	66.945	28.021	Corretores de Seguros e Resseguros	36.575	37.436
Títulos e Créditos a Receber	54.262	23.948	Outros Débitos Operacionais	1.037	633
Créditos Tributários e Previdenciários	10.672	3.047	Débitos de Operações com Previdência Complementar	2.046	1.621
Outros Créditos	2.011	1.026	Depósitos de Terceiros	Nota 13 21.938	23.777
Despesas Antecipadas	78	103	Provisões Técnicas - Seguros	Nota 14 1.268.065	1.101.079
Custos de Aquisição Diferidos	Nota 16 49.230	48.987	Pessoas	501.180	484.313
Seguros	46.347	47.484	Vida Individual	25.821	20.681
Previdência	2.883	1.503	Vida com Cobertura por Sobrevivência	741.064	596.085
Ativo Não Circulante	1.869.161	1.592.325	Provisões Técnicas - Previdência Complementar	Nota 15 850.519	683.078
Realizável a Longo Prazo	1.287.088	1.140.303	Planos Não Bloqueados	89.296	82.011
Aplicações	Nota 5 956.734	829.165	PGBL/PRGP	761.223	601.067
Ativos de Resseguro e Retrocessão - Provisões Técnicas	Nota 16 12.444	-	Não Circulante	11.459.100	9.137.553
Títulos e Créditos a Receber	264.585	235.740	Contas a Pagar	196.413	137.460
Créditos Tributários e Previdenciários	63.038	73.550	Obrigações a Pagar	13.784	4.663
Depósitos Judiciais e Fiscais	201.547	162.190	Tributos Diferidos	19.492	1.994
Depósitos Compulsórios	252	244	Outras Contas a Pagar	60.137	130.803
Custos de Aquisição Diferidos	Nota 16 53.073	75.154	Provisões Técnicas - Seguros	Nota 14 5.515.205	4.403.597
Seguros	46.600	65.293	Pessoas	268.195	259.426
Previdência	6.473	9.861	Vida Individual	10.679	4.972
Investimentos	Nota 10 425.798	301.914	Vida com Cobertura por Sobrevivência	5.236.331	4.139.199
Participações Societárias	414.706	301.822	Provisões Técnicas - Previdência Complementar	Nota 15 5.734.109	4.584.956
Adiantamento para Aquisição de Investimentos	11.000	-	Planos Não Bloqueados	348.746	312.013
Outros investimentos	92	92	PGBL/PRGP	5.385.363	4.272.943
Imobilizado	8.232	9.298	Outros Débitos	13.373	11.540
Imóveis de Uso Próprio	89	89	Provisões Judiciais	13.373	11.540
Bens Móveis	4.816	5.858	Patrimônio Líquido	Nota 17 1.063.396	858.638
Outras Imobilizações	3.327	3.351	Capital Social	425.000	425.000
Intangível	Nota 11 148.043	140.810	Reservas de Capital	35.577	35.577
Total do Ativo	14.863.659	11.992.919	Reservas de Lucros	585.747	499.457
			Ajustes de Avaliação Patrimonial	17.072	(101.396)
			Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	14.863.659	11.992.919

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Em milhares de reais)

	Reservas de Capital		Reservas de Lucros		Ajuste de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Total
	Capital Social	Aumento de Capital em Aprovação	Reserva de Agio na Subscrição de Ações	Outras Reservas de Capital			
Saldos em 31 de Dezembro de 2014	345.000	80.000	34.659	918	38.504	344.402	(20.210)
Aumento de Capital	80.000	(80.000)	-	-	-	-	-
Dividendos declarados e Pagos AGE de 30/04/2015	-	-	-	-	(100.000)	-	(100.000)
Ajustes com Títulos e Valores Mobiliários - Próprios	-	-	-	-	-	(26.441)	(26.441)
Ajustes com Títulos e Valores Mobiliários - Coligadas e Controladas	-	-	-	-	-	(54.745)	(54.745)
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	216.551	216.551
Destinação do Lucro Líquido:							
Constituição de Reserva Legal	-	-	-	-	10.828	-	(10.828)
Constituição de Reserva Estatutária	-	-	-	-	205.723	-	(205.723)
Saldos em 31 de Dezembro de 2015	425.000	-	34.659	918	49.332	450.125	(101.396)
Dividendos declarados AGO e pagos de 31/03/2016	-	-	-	-	-	(110.000)	(110.000)
Ajustes com Títulos e Valores Mobiliários - Próprios	-	-	-	-	-	42.321	42.321
Ajustes com Títulos e Valores Mobiliários - Coligadas e Controladas	-	-	-	-	-	76.147	76.147
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	266.290	266.290
Dividendos intermediários pagos AGE de 17/11/2016	-	-	-	-	-	(70.000)	(70.000)
Constituição de Reserva Legal	-	-	-	-	13.314	-	(13.314)
Constituição de Reserva Estatutária	-	-	-	-	182.976	-	(182.976)
Saldos em 31 de Dezembro de 2016	425.000	-	34.659	918	62.646	523.101	17.072

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015. (Em milhares de reais).

1. CONTEXTO OPERACIONAL: A Icatu Seguros S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Praça 22 de Abril, 36, parte, Centro, Rio de Janeiro - RJ, autorizada a operar em todas as Unidades da Federação nos ramos de seguros de pessoas, na instituição de planos de previdência complementar aberta, bem como no seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre - DPVAT, podendo ainda participar como sócia ou acionista de outras sociedades. A Icatu Seguros S.A. é controlada pelo grupo Icatu, representado pela Icatu Holding S.A. e pela Icatu Assessoria Ltda. Quadro acionário da Companhia:

	Percentual de ações		
	ON	PN	Total
Icatu Holding S.A.	32,30%	50,00%	34,65%
Icatu Assessoria Ltda	43,87%	30,64%	42,11%
Nalbrapar Ltda	10,38%	19,36%	11,58%
Pessoas Naturais	13,45%	0,00%	11,66%
Total	100,00%	100,00%	100,00%

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS: 2.1 **Base de Preparação.** As Demonstrações Financeiras ("Demonstrações") foram elaboradas conforme os dispositivos da Circular nº 517/15 da Superintendência de Seguros Privados ("SUSEP"), e alterações previstas na Circular SUSEP nº 521/15, Resolução nº 321/15 do Conselho Nacional de Seguros Privados ("CNSP") alterada pela Resolução nº 343/16 e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") quando referendadas pela SUSEP, doravante denominadas, em seu conjunto, "práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela SUSEP". Os Valores de "Custos de Aquisição Diferidos" de R\$ 1.384 no ativo circulante e R\$ 8.906 no ativo não circulante, referente a produtos VGBL (Vida Gerador de Benefício Livre), que em 31/12/2015 estavam alocados como Previdência foram reclassificados para "Custos de Aquisição Diferido - Seguros". Em atendimento a Orientação SUSEP "Sinistros X Outras Despesas Operacionais", foram realizadas as seguintes reclassificações:

	31/12/2015	Ajustes	Reclassificado 31/12/2015
Balanco Patrimonial - Passivo Circulante	1.991.915	4.813	1.996.728
Provisões Técnicas - Seguros	1.098.435	2.644	1.101.079
Provisões Técnicas - Previdência Complementar	690.909	2.169	693.078
Não Circulante	9.142.366	(4.813)	9.137.553
Provisões Técnicas - Seguros	4.398.324	5.273	4.403.597
Provisões Técnicas - Previdência Complementar	4.584.956	-	4.584.956
Outros Débitos	21.626	(10.086)	11.540

A Companhia fez melhorias em sua metodologia de determinação do nível de hierarquia de valor justo de instrumentos financeiros, dessa forma determinados instrumentos financeiros migraram de uma categoria para outra. Como consequência, para fins de comparabilidade, a Companhia replicou o mesmo critério atualmente utilizado para os instrumentos financeiros existentes no período comparativo relativo a 31/12/2015, reclassificando o montante de R\$ 5.069.022, do nível 2 para o nível 1 (nota 5.3). Em atendimento a norma CPA nº 004/2016 - Comitê de Pronunciamentos Atuariais do IBA (Instituto Brasileiro de Atuária), os valores da Provisão de Excedente Técnico devidos a uma terceira contraparte que não seja responsável pelo pagamento dos prêmios, não devem ser enquadrados no conceito de superávit técnico. Deste modo, o montante de R\$ 21.379 foi reclassificado de "Variação das Provisões Técnicas de Prêmios" para "Despesas com Operações Seguros" em 31/12/2015 para efeito comparativo (Nota 22). As Demonstrações foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração em 21 de Fevereiro de 2017. 2.2 **Base de Mensuração:** Os ativos e passivos estão mensurados de acordo com o custo histórico, exceto os instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo para as categorias "ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado" e "ativos financeiros disponíveis para venda". A Companhia classifica os ativos e passivos em circulante e não circulante considerando os prazos de realização e exigibilidade. Quando não é possível identificar tais prazos são classificados de acordo com estudo técnico. Passivos de exigibilidade imediata são classificados no circulante. 2.3 **Moeda Funcional e de Apresentação:** Os itens incluídos nas Demonstrações são mensurados usando a moeda do ambiente econômico no qual a Companhia atua. O Real (R\$) é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. 2.4 **Uso de Estimativas:** A preparação das Demonstrações requer que a Administração da Companhia se baseie em estimativas e julgamentos para o registro de transações que afetam os ativos e passivos, as receitas e despesas, bem como sua divulgação. As principais estimativas relacionadas às Demonstrações referem-se aos ativos financeiros avaliados pelo valor justo, à realização dos créditos tributários, ao registro dos passivos relacionados a sinistros, ao prazo de diferimento dos custos de aquisição para os produtos de previdência complementar, à probabilidade de êxito nas ações judiciais, aos efeitos decorrentes da redução ao valor recuperável sobre créditos e outros ativos e às provisões técnicas. Os

resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes podem diferir dessas estimativas. Revisões contínuas são feitas sobre as estimativas e premissas. O reconhecimento contábil de efeitos que porventura surjam é efetuado no resultado do exercício em que as revisões ocorrem. Informações adicionais sobre as estimativas encontram-se nas seguintes notas: • Redução ao Valor Recuperável (nota nº 3.1c); • Provisões Técnicas (nota nº 3.7); • Aplicações Financeiras (nota nº 5); • Créditos Tributários e Previdenciários (nota nº 9.2); • Provisões Judiciais (nota nº 17.1). 3. **RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS:** As principais práticas contábeis descritas a seguir, foram aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nas Demonstrações: 3.1 **Instrumentos Financeiros:** a) **Caixa e Equivalentes de Caixa - Disponível:** Abrangem saldos de caixa, depósitos bancários e, quando aplicável, investimentos financeiros não cotizados e consequentemente em trânsito. b) **Instrumentos Financeiros não Derivativos: Ativos Financeiros:** A Companhia classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, disponíveis para venda, mantidos até o vencimento e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. (I) Mensurados ao valor justo por meio do resultado - Representam títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativamente negociados, ou títulos designados como tal no momento do reconhecimento inicial. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das Demonstrações, ajustados ao seu respectivo valor justo e classificados no ativo circulante. Os rendimentos e os ganhos ou as perdas para apresentação ao valor justo são contabilizados no resultado; (II) Disponíveis para venda - Representam títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas classificações de "títulos mensurados ao valor justo por meio do resultado", "títulos mantidos até o vencimento" e "empréstimos e recebíveis". São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, ajustados aos seus respectivos valores justos e classificados no ativo circulante e não circulante de acordo com os prazos de contrato. Os ganhos auferidos pelo método dos juros efetivos são reconhecidos no resultado. Os ganhos e as perdas decorrentes das variações dos valores justos não realizados são reconhecidos na rubrica "Ajustes de Avaliação Patrimonial" no patrimônio líquido, líquidos dos correspondentes efeitos tributários e, quando realizados, são apropriados ao resultado, em contrapartida da referida conta no patrimônio líquido; (III) Mantidos até o vencimento - Representam títulos e valores mobiliários para os quais a Companhia tem intenção e capacidade de manter até o vencimento. Após seu reconhecimento inicial esses ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável; e (IV) Empréstimos e recebíveis - São ativos financeiros com pagamentos fixos e determináveis, que não são cotados em mercados ativos e compreendem substancialmente os Créditos das Operações com Seguros, Resseguros e Previdência, e demais contas a receber, não havendo registro de empréstimos. Após seu reconhecimento inicial, esses ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, decrescido de qualquer perda por redução ao valor recuperável. c) **Redução ao Valor Recuperável:** (I) Ativos Financeiros - Os ativos financeiros (incluindo recebíveis) não mensurados pelo valor justo por meio do resultado são avaliados regularmente, para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. A redução ao valor recuperável dos recebíveis é calculada para os ramos de vida baseada em estudo técnico individualizado das faturas, que leva em consideração o histórico de perdas e os riscos de inadimplência, (nota 7.2). (II) Ativos não Financeiros - Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revisados sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo exceder seu valor recuperável. O valor recuperável de um ativo é o maior entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso, determinado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados em decorrência do uso do ativo. d) **Instrumentos Financeiros Derivativos:** A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos negociados na BM&FBOVESPA e em mercado de balcão organizado, reconhecidos ao valor justo, que têm como objetivo principal proteger os ativos e passivos da Companhia dos riscos de mercado (nota 6). 3.2 **Outros Créditos Operacionais:** Essa rubrica tem por finalidade registrar os pagamentos das obrigações realizadas e ainda não reportadas pelas instituições financeiras. Com isso, o registro transitório fica aguardando o devido retorno para ser baixado, juntamente com a obrigação registrada no passivo, nas rubricas "Comissões a Pagar" e "Provisões Técnicas". 3.3 **Custos de Aquisição Diferidos:** Nas operações de seguros - Compreendem o diferimento do agenciamento com base no prazo de vigência das apólices com limitação de 60 meses e o diferimento da comissão e do pró-labore com base no prazo de vigência de cada risco (nota 14). Nas operações de previdência complementar - Compreendem o diferimento do comissionamento por prazo médio calculado atuarialmente, com base na persistência da carteira (nota 15). 3.4 **Investimentos:** As participações acionárias em coligadas e controladas estão avaliadas pelo método da equivalência patrimonial, acrescidas, de ágio gerado nas aquisições. Os resultados de equivalência patrimonial são apresentados nas

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	2016	2015
Prêmios Emitidos	1.077.055	1.214.610
Contribuições para Cobertura de Riscos	5.088	4.165
Variação das Provisões Técnicas de Prêmios	25.543	(57.874)
Prêmios Ganhos	Nota 21 1.107.686	1.160.901
Receita com Emissão de Apólices	4.172	4.137
Sinistros Ocorridos	Nota 22 (508.153)	(488.029)
Custos de Aquisição	Nota 22 (268.861)	(348.833)
Outras Despesas Operacionais	Nota 22 (56.482)	(68.086)
Resultado com Operações de Seguros	278.362	260.090
Resultado com Operações de Resseguros	(1.302)	(4.526)
Rendas de Contribuições e Prêmios de VGBL	1.054.682	945.855
Constituição da Provisão de Benefícios a Conceder	(138.087)	(270.815)
Receita de Contribuições e Prêmios de VGBL	916.595	675.040
Rendas com Taxas de Gestão e outras Taxas	80.443	74.146
Variação de Outras Provisões Técnicas	(919.319)	(677.549)
Custos de Aquisição	(24.415)	(15.002)
Outras Despesas Operacionais	Nota 22 (1.264)	(964)
Resultado com Operações de Previdência	52.040	55.671
Despesas Administrativas	Nota 22 (228.859)	(215.749)
Despesas com Tributos	Nota 22 (54.636)	(48.259)
Resultado Financeiro	Nota 22 96.460	82.026
Resultado Patrimonial	Nota 10 213.041	157.105
Resultado Operacional	266.290	216.551
Ganhos ou Perdas com Ativos não Correntes	Nota 22 (2.053)	6.885
Resultado antes dos Impostos e Participações	353.053	293.243
Imposto de Renda	Nota 23 (25.185)	(24.939)
Contribuição Social	Nota 23 (25.889)	(18.350)
Participações sobre o Lucro	(35.689)	(33.403)
Lucro Líquido do Exercício	266.290	216.551

continuação



ICATU SEGUROS S.A.

CNPJ: 42.283.770/0001-39

www.icatuseguros.com.br
Praça 22 de Abril, 36 - Cep: 20021-370 - RJ
Tel: (21) 3824-3900

futuras, correspondentes às obrigações assumidas sob a forma de planos de renda, de pensão e pecúlio, respeitando as tábuas biométricas, taxas de juros e as características do benefício. As provisões matemáticas de benefícios concedidos representam o valor presente dos benefícios futuros correspondentes às obrigações assumidas sob a forma de renda, respeitando as tábuas biométricas, taxas de juros e as características do benefício. **3.72 Provisão de Sinistros a Liquidar:** Corresponde ao valor total dos sinistros, pecúlios e rendas vencidos e ainda não pagos, atualizados monetariamente, líquidos de cosseguros cedidos, brutos de resseguros a recuperar e cosseguros aceitos, com base nos avisos de sinistros e eventos cadastrados até a data das Demonstrações e ainda pendentes de regularização. A baixa das provisões técnicas ocorre pelo seu efetivo pagamento. É efetuado, ainda, um ajuste na provisão (IBNER - sinistros ocorridos e não suficientemente avisados), a fim de refletir no saldo da mesma, a melhor estimativa do valor de pagamento do sinistro, considerando histórico de reavaliações de estimativas, recusas, etc. Os valores de sinistros a recuperar, correspondem à parcela do ressegurador nos sinistros, pecúlios e rendas vencidos e ainda não pagos, atualizados monetariamente. **3.73 Provisão de Sinistros / Eventos Ocorridos mas não Avisados:** Constituída para a cobertura dos sinistros/eventos ocorridos e ainda não avisados até a data-base das Demonstrações, sendo que: (I) A metodologia de cálculo utiliza experiência própria para definição dos valores de IBNR, utilizando os métodos estatístico-atuariais conhecidos como triângulos de *run-off*, que consideram o desenvolvimento mensal histórico dos sinistros incorridos para estabelecer uma projeção de sinistros futuros por período de ocorrência. (II) Uma vez que o IBNR possui relação direta com os sinistros ocorridos, e estes por sua vez são diretamente relacionados aos prêmios ganhos, é apurado o IBNR como um percentual do prêmio ganho dos últimos 12 meses, sendo esta proporção utilizada para fins de atualização mensal da provisão. **3.74 Provisão de Prêmios não Ganhos:** Constituída pela parcela de prêmios e contribuições emitidos e diferidos linearmente até o fim de vigência do risco para riscos vigentes emitidos, considerando ainda uma parcela estimada para os riscos vigentes e não emitidos com base no histórico de atraso na emissão dos prêmios. **3.75 Provisão de Excedente Financeiro:** Corresponde a um percentual aplicado sobre o valor dos rendimentos que exceda a rentabilidade mínima dos planos de seguros de vida individual e previdência complementar aberta que prevejam cláusula de distribuição de resultados financeiros. **3.76 Provisão de Resgates e/ou Outros Valores a Regularizar:** Corresponde aos valores referentes aos resgates e às devoluções de contribuições/prêmios a serem regularizados e às portabilidades solicitadas nos planos de seguros de vida individual e previdência complementar aberta que, por qualquer motivo, ainda não foram transferidas para a entidade/seguradora receptora e às contribuições/prêmios recebidos e não cotizados até a data-base das Demonstrações. **3.77 Provisão de Despesas Relacionadas:** Corresponde ao valor esperado com despesas relacionadas a sinistros/benefícios. **3.78 Provisão de Excedente Técnico:** Constituída para a garantia dos valores destinados à distribuição de excedentes decorrentes de superávit técnicos, conforme previsto em regulamento ou contrato. A provisão é calculada mensalmente com base na apuração do resultado de cada apólice/certificado que possua a cláusula de excedente técnico. **3.8 Teste de Adequação dos Passivos:** A Companhia elabora semanalmente um teste visando determinar se os passivos registrados estão adequados em relação a melhor estimativa dos desembolsos líquidos de caixa projetados, decorrentes de contratos de seguros e previdência por ela emitidos. Para este teste, a Companhia elaborou uma metodologia que considera a sua melhor estimativa corrente dos fluxos de caixa até o final de vigência das obrigações, brutos de resseguro, utilizando premissas atuariais atuais de todos os contratos e certificados dos planos comercializados, sem considerar novas vendas e compensação de contribuições futuras. Os contratos com renovação automática têm seus fluxos de caixa considerados no teste somente até a data da renovação destes contratos. As despesas de manutenção diretamente relacionadas com a operação foram consideradas nas premissas. O resultado mensal do fluxo de caixa foi trazido a valor presente pela taxa de juros (ETTJ) livre de risco definida pela SUSEP. Para os contratos de previdência, como estimativa de sobrevivência, foram utilizadas as tábuas de mortalidade BR-EMSB-V.2015-m e BR-EMSB-V.2015-f. Foram consideradas saídas por cancelamento e índice de conversibilidade em renda, com base no histórico dos planos observado ao período máximo de três anos. As rendas foram assumidas como vitalícias. Como despesas de manutenção foram consideradas as diretamente relacionadas com a operação, diferenciadas pela fase de diferimento ou de recebimento do benefício. O resultado mensal do fluxo de caixa foi trazido a valor presente pela taxa de juros (ETTJ). Para os produtos de previdência estruturados na modalidade de benefício definido (previdência tradicional), FGB – Fundo Garantidor de Benefício, Dotal Mistio e para os benefícios já concedidos, foi utilizada a faculdade permitida, conforme prevista no parágrafo 2º do art. 52 da Circular SUSEP nº 517/15, que consiste em deduzir a parcela correspondente à diferença entre o valor de mercado e o valor do registro contábil, na data-base, dos títulos vinculados em garantia das provisões técnicas, registrados contabilmente no ativo na categoria "mantido até o vencimento". De acordo com o demonstrativo abaixo, o resultado do TAP para o respectivo grupamento foi nulo.

	R\$ mil
Estimativa corrente dos fluxos de caixa	553.965
Provisões Técnicas na data base (*)	(518.911)
Resultado do TAP	35.054
Valor contábil dos "títulos mantidos até o vencimento"	347.365
Valor de Mercado (ETTJ-SUSEP) dos "títulos mantidos até o vencimento"	(410.986)
Diferença entre valor contábil e valor justo dos "títulos mantidos até o vencimento"	(63.621)
Resultado do TAP após dedução da diferença do valor contábil e valor justo dos "títulos mantidos até o vencimento"	-

Conforme determina o parágrafo único do art. 53 da Circular SUSEP nº 517/15, o saldo contábil das provisões técnicas acrescido do efeito monetário da aplicação prevista no parágrafo 2º do art. 52, para efeito de vinculação de ativos em cobertura é suficiente para cobertura da estimativa corrente dos fluxos de caixa do grupamento em questão, que corresponde a R\$ 553.965. Para os produtos de acumulação estruturados na modalidade de contribuição variável (PGBL/VGBL), os produtos de risco de previdência e seguros de pessoas individual e coletivo, o resultado do teste de adequação de passivos não apresentou insuficiência de provisão em relação às estimativas de fluxo de caixa futuro. **3.9 Provisões Judiciais:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos objetos de discussão judicial são realizados de acordo com as regras estabelecidas pelo "CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes" e levam em consideração a avaliação dos assessores jurídicos da Companhia, consultores externos e da Administração em relação às probabilidades de dano desfavorável no julgamento final dos processos judiciais. A Companhia adotou o critério de provisionar a totalidade das ações judiciais de natureza cível, trabalhista e fiscal cuja probabilidade de perda é considerada provável. Estas Provisões, quando não vinculadas a contrato de seguros, estão contabilizadas na rubrica "Provisões Judiciais"; no passivo não circulante; as provisões de natureza cível vinculadas a contrato de seguros estão contabilizadas na "Provisão de Sinistros a Liquidar", no passivo circulante e não circulante. As obrigações fiscais e previdenciárias em discussão judicial estão contabilizadas na rubrica "Outras Contas a Pagar", no passivo não circulante, atualizadas monetariamente pela SELIC. As provisões cíveis vinculadas às operações são segregadas entre circulante e não circulante, com base no tempo estimado de duração dos processos, realizados pelos escritórios externos. Os honorários de sucumbência são registrados com base nas informações dos assessores jurídicos da Companhia e dos consultores legais independentes e provisionados na medida das sentenças condenatórias proferidas. Os valores estimados de perdas prováveis das provisões cíveis e trabalhistas são corrigidos conforme critérios de atualização monetária e juros que historicamente são imputados às causas, considerando-se sua natureza, Tribunal e Região nos quais a causa está sendo avaliada. Os correspondentes depósitos judiciais, quando exigidos, estão contabilizados na rubrica "Depósitos Judiciais e Fiscais"; no ativo não circulante. São atualizados monetariamente pela SELIC para os depósitos judiciais fiscais e pela TR para os depósitos judiciais trabalhistas e cíveis (nota 17). **3.10 Resultado:** Os prêmios de seguros, cosseguros e comissões, deduzidos dos prêmios cedidos em cosseguros e comissões correspondentes, são contabilizados em resultado quando da emissão das respectivas apólices e faturas de seguros, ou a vigência do risco para os casos em que o risco se inicia antes da sua emissão e apropriados em bases lineares no decorrer do prazo de vigência das apólices, por meio de constituição e reversão de provisão para prêmio não ganho e dos custos de aquisição diferidos. São contabilizadas, também, as receitas de prêmios estimados e as correspondentes despesas de comercialização (custos de aquisição diferidos) relativos aos riscos vigentes cujas apólices ainda não foram emitidas. As operações do Consórcio DPVAT são contabilizadas com base nos relatórios recebidos da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. ("Seguradora Líder") na proporção do percentual de participação da Companhia. Conforme definido em instrumentos do consórcio, 50% do resultado mensal são retidos pela Seguradora Líder ao longo do exercício e somente repassados à Companhia pelo seu valor líquido no início do exercício social seguinte. Os outros 50% dos resultados a distribuir são repassados líquidos no mês subsequente ao da apuração mensal. As operações de cosseguros aceitos são contabilizadas com base nas informações recebidas das congêneres. As contribuições para planos de previdência e os prêmios de seguros de vida com cobertura de sobrevivência (VGBL) são reconhecidos como renda de contribuições e prêmios quando ocorre o seu efetivo recebimento. Os direitos dos participantes são refletidos mediante a constituição de provisões técnicas em contrapartida ao resultado do exercício. **3.11 Benefícios a Empregados:** Refere-se a plano de contribuição definida sob o qual a Companhia paga contribuição fixa para uma entidade ligada, no caso a Icatu FMP - Icatu Fundo Multipatrocinado. As contribuições são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado. Outros benefícios de curto prazo tais como seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais, vale-transporte, vale-refeição e alimentação e treinamento profissional são oferecidos aos funcionários e administradores e reconhecidos no resultado do exercício à medida que são incorridos. **3.12 Impostos e Contribuições:** **3.12.1 Impostos Correntes:** A provisão para imposto de renda foi constituída à alíquota de 15%,

acrescida de adicional de 10% sobre o montante que exceder R\$ 240 no ano. A contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável até 31 de agosto de 2015 e 20% a partir de 1º de setembro de 2015. **3.12.2 Impostos Diferidos:** Os Impostos Diferidos são constituídos mediante a aplicação das alíquotas do imposto de renda e contribuição social vigentes na data de encerramento das Demonstrações, sobre as diferenças temporárias. Em relação a impostos diferidos de contribuição social, a Companhia realizou o cálculo segregando as provisões para as quais a estimativa de realização se dará até 31/12/2018 aplicando a alíquota de 20%. Para as demais provisões, cuja realização estimada será após 31/12/2018, foi aplicada alíquota de 15%. A Companhia não possui estoque de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social. **3.13 Contratos de Seguro:** A Companhia procedeu à análise de seus negócios e concluiu que suas operações caracterizam-se de acordo com os preceitos contidos no "CPC 11 - contrato de seguro". **3.14 Normas emitidas e ainda não adotadas:** Em dezembro de 2016 a SUSEP emitiu as Circulares nº 543/16 e nº 544/16, ambas produzindo alterações à Circular SUSEP nº 517/15. A seguir estão resumidamente descritas as principais mudanças trazidas por essas novas normas: **Circular SUSEP nº 543 de 22 de dezembro de 2016:** - Custos de aquisição diferidos: permite às supervisionadas deduzir da necessidade de cobertura das suas provisões técnicas por ativos garantidores os custos de aquisição diferidos referentes às despesas efetivamente liquidadas diretamente relacionadas ao valor de cada prêmio comercial registrado e diferidas individualmente de acordo com a vigência do respectivo risco abrangido pela PPNG constituída. - Provisão de Prêmios não Ganhos: altera o cálculo, excluindo a possibilidade de deduzir do valor do prêmio comercial, que é base para cálculo da provisão, a parcela do prêmio definida como receita destinada à recuperação dos custos iniciais de contratação. - Teste de Adequação de Passivos: em relação ao TAP foram introduzidas as seguintes modificações: (i) obrigatoriedade de segregação dos fluxos de acordo com o previsto na referida Circular; (ii) obrigatoriedade da utilização de mais valias dos ativos garantidores classificados na categoria "mantidos até o vencimento" vinculados à garantia de provisões técnicas nos casos em que o resultado do TAP for positivo; (iii) estipula o prazo máximo de 5 anos de experiência observada pela seguradora, para as premissas relacionadas a despesas, resgates, persistência, conversão em renda, entre outras. **Circular SUSEP nº 544 de 27 de dezembro de 2016:** - Plano de contas: inclui subcontas no plano de contas constante no Anexo X da Circular SUSEP nº 517/15; - Créditos tributários: institui o desconhecimento de créditos tributários diferidos decorrentes de prejuízos fiscais de imposto de renda e/ou de bases negativas de cálculo da contribuição social sobre o lucro, e aqueles decorrentes de diferenças temporárias quando não forem atendidos os requisitos estabelecidos nessa Circular. Ambas as normas entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2017. A Companhia avaliou os impactos dessas normas e concluiu que não há efeitos relevantes. **4. GESTÃO DE RISCO:** O processo de avaliação de riscos se baseia em identificar e considerar as implicações e relevância dos riscos envolvidos no âmbito da Companhia, ou seja, nos seus negócios e nos processos que lhes dão suporte. A Companhia considera a dimensão e complexidade de suas operações, bem como fatores externos e internos que possam afetar o cumprimento adequado dos seus objetivos. **4.1 Responsabilidades pela Gestão de Riscos:** A Companhia nomeou um de seus funcionários como Gestor de Riscos em atendimento a Circular SUSEP nº 521/15, cujo relatório será à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração, com o apoio e avaliação de áreas, dentre as quais Controles Internos, Controle de Investimentos e Atuarial, assegurando o equilíbrio, a transparência e a integridade das informações publicadas, bem como do atendimento aos requisitos legais dispostos na supracitada Circular. **4.2 Sistema de Controles Internos e Gestão de Riscos:** A formulação e a revisão das políticas de controles internos têm por objetivo a redução dos riscos levantados e controlados pelas áreas da Companhia. A fundamentação para definição de componentes e ações essenciais a um processo organizado de gestão de riscos, que culmine na consolidação de um Sistema de Controles Internos, leva em consideração modelos de gerenciamento originados pelos pronunciamentos emitidos pelo "Internal Control - Integrated Framework (2013)", emitida pelo Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission ("COSO"). **4.3 Gerenciamento, Acompanhamento e Mensuração dos Riscos: 4.3.1 Principais Riscos Associados a Instrumentos Financeiros: 4.3.1.1 Risco de Crédito** - Risco de que o emissor do título possa não honrar o principal e/ou o pagamento de juros. Baseia-se, principalmente sobre aqueles relativos às aplicações financeiras. Quanto à exposição ao risco de crédito relativo às aplicações financeiras, os limites são estabelecidos por meio da Política de Investimentos da Companhia. Em relação a emissões de empresas financeiras, não financeiras ou quotas de fundos de investimento é adotada metodologia baseada na análise de aspectos quantitativos e qualitativos dos emissores. Um dos itens que integram as análises é o *rating* atribuído por agências externas de classificação de riscos. Em moeda local, o risco soberano do Governo Brasileiro representa o menor nível de risco de crédito - nota AAA, e está relacionado às emissões locais denominadas em Reais de títulos públicos federais, no volume de R\$ 9.120.400 (R\$ 6.995.112 em 31/12/2015). O volume das aplicações em créditos privados com exceção das quotas de fundos de investimentos não exclusivos, estava assim distribuído na data base, de acordo com a classificação das agências de *rating*: Standard and Poor's, Fitch e Moody's. Sempre considerando a classificação mais conservadora dentre as três:

	31/12/2016									
Rating	Debêntures	CDB/CCB	DPGE	LF	CRI	FIDC	Promissória	Outras Aplicações*	Total	
AAA	100.348	15.955	55.211	44.447	-	64.221	-	-	280.182	
AA+	146.007	2.002	-	322.484	-	39.839	6.883	-	517.215	
AA	22.592	-	-	44.427	-	4.474	-	-	71.493	
AA-	316.062	54.666	-	795.618	4.782	18.678	-	-	1.189.806	
A+	97.780	2.363	-	3.137	-	1.577	-	-	104.857	
A	233.737	63.213	-	82.099	-	-	588	-	379.637	
A-	7.769	37.043	-	3.298	-	-	-	-	48.110	
BBB+	27.147	601	-	2.003	514	-	-	-	30.265	
BBB	4.434	384	-	-	-	-	-	-	4.818	
BBB-	223	898	-	184	11.334	-	-	-	12.768	
BB+	-	420	-	363	-	-	-	-	783	
BB	12.829	-	-	-	-	-	-	-	12.829	
BB-	4.611	-	-	-	-	-	-	-	4.611	
B+	21.423	248	-	364	-	-	-	-	22.035	
B	8.568	-	-	-	-	-	-	-	8.568	
CCC	2.836	-	-	-	-	-	502	239	3.577	
Sem Rating	-	-	-	-	-	-	-	1.244.375	1.244.375	
TOTAL	1.006.366	177.793	55.211	1.298.424	16.630	128.789	7.973	1.244.743	3.935.929	

* Outras Aplicações: principalmente Ações de Cias Abertas e Operações Compromissadas onde não é possível mapear rating.

4.3.1.2 Risco de Mercado - Consiste na possibilidade de ocorrência de perdas de valor nos instrumentos financeiros devido às oscilações nos preços, cotações de mercado, bem como das taxas de juros ou outros fatores de risco. A principal metodologia empregada pela Companhia para o gerenciamento do risco de mercado é o cálculo do *VaR* (*Value at Risk*) paramétrico. Além do cálculo do *VaR*, são realizados testes de *stress* para verificar a perda potencial em cenários extremos. O risco de mercado é acompanhado por meio de relatórios de periodicidade mínima mensal e análises quando cenário de mercado é alterado, com informações sobre o *VaR* e nível de *stress* da carteira. Os riscos associados a essas estratégias são mensurados por meio do sistema de controle de risco *Accenture Risk Control*, além do controle de risco desempenhado pelos administradores fiduciários dos fundos. A análise de sensibilidade das aplicações financeiras foi elaborada levando em consideração: (I) o *VaR* paramétrico: perda máxima esperada da carteira, a dado nível de confiança em horizonte de tempo determinado. O horizonte do *VaR* é de 1 dia, estimado com nível de confiança de 95%, volatilidade EWMA (médias móveis exponencialmente ponderadas) janela de 300 dias e lambda de 0,94. (II) DV01 (*dollar-value for one basis-point*): medida de sensibilidade do preço de um título de renda fixa em relação à variação de 1 (um) *basis-point* (0,01%) na taxa de juros a qual sua remuneração está associada. No quadro a seguir são apresentadas: - A perda esperada em um dia com 95% de confiança, por meio da metodologia *VaR* paramétrico; - A perda com a oscilação de 1 (um) *basis-point* (0,01%) na taxa de juros pela metodologia DV01.

Fatores de Risco	31/12/2016			31/12/2015		
	DV-01	VAR	Exposição	DV-01	VAR	Exposição
Pré-fixado - DI	75	1.330	8.919.651	967	8.052	8.061.761
IGPM	1.040	3.753	812.372	892	16.025	527.346
IPCA	2.450	11.927	3.399.993	1.433	14.700	1.964.929
Ações	-	9.166	464.807	-	8.221	371.331
TOTAL	3.565	26.176	13.596.823	3.292	46.998	10.925.367

4.3.1.3 Risco de Liquidez - No âmbito dos ativos financeiros, a gestão de liquidez tem como objetivo monitorar a adequação dos prazos de liquidação dos instrumentos financeiros da carteira de investimentos e demais recebíveis aos vencimentos contratuais dos passivos atuariais e operacionais da Companhia. Para os ativos financeiros, o risco de liquidez de curto prazo é controlado utilizando modelo próprio adaptado às características da Companhia. A necessidade de liquidez de longo prazo é monitorada por meio do gerenciamento de ativos e passivos (*ALM - Assets and Liabilities Management*) em avaliações periódicas, considerando estimativas de fluxos de recebimentos e desembolsos segundo premissas definidas internamente em Comitê de Investimentos. As tabelas a seguir apresentam os principais ativos e passivos financeiros e de seguros, detidos pela Companhia, classificados segundo os prazos de vencimento contratuais dos fluxos de caixa, sem considerar a intenção de negociação ou marcação desses ativos.

	31/12/2016					31/12/2015						
	Até 3 Meses ou Sem Vencimento	3 a 6 Meses	6 a 12 Meses	1 a 3 Anos	acima de 3 Anos	Total	Até 3 Meses ou Sem Vencimento	3 a 6 Meses	6 a 12 Meses	1 a 3 Anos	acima de 3 Anos	Total
Ações de Cias Abertas	461.958	-	-	-	-	461.958	370.925	-	-	-	-	370.925
Certificados de Depósito Bancário	53.761	-	67.398	39.437	16.168	177.793	11.638	39.837	38.964	6.756	3.836	101.031
Debêntures de Distribuição Pública	42.281	-	12.090	18.373	640.841	292.781	1.006.366	9.208	8.890	38.217	457.370	916.259
Fundo de Invest. de Ações	2.443	-	-	-	-	2.443	5.682	-	-	-	-	5.682
Fundo de Invest. de Renda Fixa	687	-	-	-	-	687	-	-	-	-	-	-
Letras do Tesouro Nacional	11.476	157.414	-	317.127	401.147	2.417.745	61.317	280.419	21.201	1.076.573	332.533	1.772.043
Letras Financeiras do Tesouro	25.794	-	-	32.221	517.447	2.469.619	-	-	77.313	473.999	1.610.044	2.161.356
Notas do Tesouro Nacional	-	189.003	-	-	377.336	3.235.404	-	-	461.709	335.891	1.444.057	2.241.657
Fundos de Investimento Multimercado	16.610	-	-	-	-	16.610	9.201	-	-	-	-	9.201
Fundos de Investimento Referenciado - RF	4.387	-	-	-	-	4.387	22.089	-	-	-	-	22.089
Fundos de Investimento de Direitos Creditórios	128.789	-	-	-	-	128.789	178.341	-	-	-	-	178.341
Operações Compromissadas	757.221	-	-	-	-	757.221	799.152	6.459	-	-	-	805.611
Certificados de Recebíveis Imobiliários	-	-	-	-	514	16.116	-	-	-	-	19.459	19.459
Letras Financeiras	47.022	54.938	231.636	853.185	111.643	1.298.424	86.505	97.941	156.662	679.369	19.388	1.039.865
Depósitos a Prazo com Garantia Especial	8.378	-	18.209	28.624	-	55.211	18.046	2.163	5.151	6.108	-	31.468
Outros Ativos (Passivos)	7.710	-	631	-	-	8.341	4.186	-	-	-	-	4.186
Outras Aplicações	1.990	(73)	(347)	(459)	(42)	1.069	(10.244)	(986)	(5)	(108)	1.079	(10.264)
Circulante - Valor justo por meio de resultado	1.570.507	480.770	657.287	2.834.803	6.515.330	12.058.697	1.566.046	434.723	799.212	3.035.958	3.832.970	9.668.909
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	-	-	40.898	-	-	-	-	-	40.898
Circulante - Disponíveis para venda	-	40.898	-	-	-	40.898	-	-	-	-	-	40.898
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	-	22.540	577.162	-	-	-	-	54.895	435.334
Não Circulante - Disponíveis para venda	-	-	-	-	22.540	577.162	-	-	-	54.895	435.334	490.229
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	-	350.549	350.549	-	-	-	-	329.827	329.827
Não Circulante - Mantidos até o vencimento	-	-	-	-	-	350.549	-	-	-	-	329.827	329.827
Operações Compromissadas	-	-	-	-	-	-	-	1.412	-	-	-	1.412
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	-	6.483	6.483	-	-	-	-	-	-
Não Circulante - Valor justo por meio de resultado	-	-	-	-	6.483	6.483	1.412	-	-	-	-	1.412
Total Exclusivos	1.570.507	521.668	6									

continuação



ICATU SEGUROS S.A.

CNPJ: 42.283.770/0001-39

www.icatuseguros.com.br
Praça 22 de Abril, 36 - Cep: 20021-370 - RJ
Tel: (21) 3824-3900

4.3.2 Principais riscos associados a resseguro: A Companhia possui um contrato de resseguro automático da carteira de Seguro de Pessoas Coletivo e Individual, bem como produtos de risco de previdência. O contrato é administrado por um grupo de 5 (cinco) resseguradores conforme exposto abaixo:

Ressegurador	Tipo	Participação	Rating
Austral Re	Local	30%	brA+ pela <i>Standard & Poor's</i>
IRB Brasil Re	Local	30%	A- pela <i>A.M. BEST</i>
SCOR Brasil Re	Local	20%	AA- pela <i>Standard & Poor's</i>
RGA Re	Admitido	15%	AA- pela <i>Standard & Poor's</i>
Terra Brasis	Local	5%	brA pela <i>Standard & Poor's</i>

O contrato atual é não proporcional, estruturado na modalidade de excesso de danos. A retenção da Companhia é por vida, independentemente da quantidade de coberturas contratadas, o que traz maior segurança na administração da carteira de apólices. **4.3.3 Risco Operacional** - Inclui Risco Operacional, Legal, de Fraude e *Compliance*. A gestão do Risco Operacional se concentra essencialmente na manutenção da matriz de riscos operacionais, que permite à Companhia mapear e acompanhar o comportamento dos riscos aos quais as atividades e negócios estão sujeitos. A matriz é periodicamente revisada, visando sua constante atualização. Todas essas atividades são realizadas em conjunto com as áreas executoras. Cada risco e controle traz informações qualitativas permitindo, desta forma, a classificação de cada processo de acordo com os níveis de exposição, informando ainda o tipo de risco. O processo de gestão desses riscos obedece a ciclos temporais, os quais incluem as seguintes etapas abaixo: Identificação - Consiste em identificar os riscos inerentes às atividades da Companhia, contemplando a avaliação dos processos. Mensuração - Consiste em obter informações que permitam a mensuração de acordo com os níveis de exposição (alto, baixo ou médio) baseado na ponderação entre o impacto x frequência e aspectos subjetivos identificados. Tratativa - Representa as medidas tomadas pela Companhia para redução de riscos através de ações que minimizem o impacto no caso de ocorrências adversas. Contempla também a verificação da efetividade dos controles internos. Acompanhamento - A Companhia monitora as ações de melhorias apontadas, de forma a garantir que serão implementadas. Comunicação - Contempla todas as atividades voltadas à divulgação de informações sobre riscos e controles comunicados tempestivamente e permeados por toda a Companhia. As áreas têm a responsabilidade de manter histórico e registrar todas as ocorrências de Riscos Operacionais e devidamente reportá-las às equipes de supervisão, conforme política vigente. Para os Riscos de *Compliance*, que são aqueles que envolvem o não cumprimento das leis e/ou regulamentações, a Companhia avalia e monitora as exposições aplicáveis e as aponta através de emissão de pareceres técnicos. Todas as consultas e acompanhamento são executados conforme os normativos vigentes e aplicáveis. Os Riscos de Fraude são controlados conforme exigências das leis que coíbam práticas fraudulentas e de lavagem de dinheiro. Na esfera de Risco Legal, o departamento jurídico da Companhia realiza a análise de contratos corporativos, avalia demandas internas e participa da formação de novos produtos a serem lançados. Todos os relatórios e monitoramentos listados acima são devidamente reportados à Administração, que tem a responsabilidade de orientar quanto às tratativas de riscos. **4.3.4 Risco de Subscrição** - A área de Subscrição de Riscos da Companhia tem por objetivo dar suporte na conquista e renovação de apólices, mantendo os riscos bem administrados pela Companhia garantindo assim sua solvência e proporcionando lucro aos acionistas. Nossa política de aceitação visa selecionar de forma criteriosa os proponentes dos nossos seguros, aplicando regras e diretrizes determinadas por nossa área atuarial, mediante análises médicas e econômicas capazes de determinar a aceitação ou não das propostas. Controlando o Risco de Subscrição com as políticas, regras e diretrizes existentes. A Companhia visa manter o equilíbrio técnico-financeiro da sua carteira de negócios, perpetuando assim a capacidade de gerenciar os riscos evitando, inclusive, a absorção de riscos não desejáveis. **4.3.5 Risco por Região e Ramo - Seguros e Previdência:** O quadro abaixo demonstra a concentração de risco por região e por ramo, baseado nos prêmios ganhos, contribuições e Prêmio VGBL no exercício:

	31/12/2016											
	Centro Oeste		Nordeste		Norte		Sudeste		Sul		Total	
	R\$ mil	%	R\$ mil	%	R\$ mil	%	R\$ mil	%	R\$ mil	%	R\$ mil	%
Vida em Grupo	26.123	3,98%	27.208	4,14%	3.571	0,54%	248.116	37,76%	352.079	53,58%	657.097	59,32%
Prestamista	13.270	5,06%	10.125	3,86%	113	0,04%	42.964	16,37%	195.906	74,67%	262.378	23,69%
DPVAT	6.706	9,57%	12.704	18,14%	3.953	5,64%	32.575	46,50%	14.114	20,15%	70.052	6,32%
Acidentes Pessoais	1.353	2,97%	2.112	4,63%	1.248	2,74%	24.936	54,68%	15.954	34,98%	45.603	4,12%
Vida Individual	234	0,57%	1.770	4,28%	540	1,30%	38.445	92,88%	402	0,97%	41.391	3,74%
Outros	172	0,55%	2.974	9,54%	289	0,93%	15.023	48,21%	12.707	40,77%	31.165	2,81%
Total Seguros	47.858	4,32%	56.893	5,14%	9.714	0,88%	402.059	36,30%	591.162	53,36%	1.107.686	100,00%
Previdência	9.277	1,01%	57.662	6,29%	10.380	1,13%	800.631	87,35%	38.645	4,22%	916.595	100,00%
Total Previdência	9.277	1,01%	57.662	6,29%	10.380	1,13%	800.631	87,35%	38.645	4,22%	916.595	100,00%

	31/12/2015											
	Centro Oeste		Nordeste		Norte		Sudeste		Sul		Total	
	R\$ mil	%	R\$ mil	%	R\$ mil	%	R\$ mil	%	R\$ mil	%	R\$ mil	%
Vida em Grupo	41.358	6,47%	49.553	7,75%	2.175	0,34%	220.878	34,56%	325.132	50,87%	639.096	56,08%
Prestamista	23.864	7,17%	436	0,13%	-	0,00%	47.325	14,22%	261.190	78,48%	332.815	29,21%
DPVAT	6.438	9,06%	12.788	17,99%	3.860	5,43%	34.337	48,30%	13.671	19,23%	71.094	6,24%
Acidentes Pessoais	1.168	2,94%	1.695	4,27%	517	1,30%	16.096	40,54%	20.224	50,94%	39.700	3,48%
Vida Individual	222	0,55%	1.937	4,82%	272	0,68%	37.273	92,82%	453	1,13%	40.157	3,52%
Outros	150	0,90%	1.266	7,60%	8	0,05%	5.878	35,28%	9.358	56,17%	16.660	1,47%
Total Seguros	73.200	6,42%	67.675	5,94%	6.832	0,60%	361.787	31,75%	630.028	55,29%	1.139.522	100,00%
Previdência	5.498	0,81%	58.820	8,71%	-	0,00%	604.688	89,58%	6.034	0,90%	675.040	100,00%
Total Previdência	5.498	0,81%	58.820	8,71%	-	0,00%	604.688	89,58%	6.034	0,90%	675.040	100,00%

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS: A composição da carteira de ativos financeiros detidos pela Companhia está demonstrada a seguir: **5.1 Composição das Aplicações Financeiras:**

Descrição	31/12/2016				31/12/2015				
	Valor Contábil	Valor de Mercado	Renta-bilidade %	Valor Contábil	Valor de Mercado	Renta-bilidade %	Valor Contábil	Valor de Mercado	Renta-bilidade %
Quotas de Fundos de Investimento - Não Exclusivos (I)	540.494	540.494	3,98%	427.293	427.293	3,91%			
Quotas de Fundos de Investimento - Exclusivos (II)	12.022.943	12.022.943	88,42%	9.640.556	9.640.556	88,24%			
Quotas de Fundos (PGBL/VGBL)	11.967.052	11.967.052		9.498.881	9.498.881				
Letras Financeiras do Tesouro	36.541	36.541		SELIC	51.916		51.916		
Notas do Tesouro Nacional - IGPM	-	-			253		253		5,75%
Operações Compromissadas	26.185	26.185		SELIC	89.504		89.504		SELIC
Outros	(6.835)	(6.835)			2		2		
Letras Financeiras (III)	9.291	9.291	0,07%	6,08%	7.674	7,674	0,07%	5,62%	
Debêntures de Distribuição Pública (IV)	5.107	5.107	0,04%	6,19%	10.064	10,064	0,09%	5,63%	
Certificados de Recebíveis Imobiliários (V)	7.214	7.214	0,05%	4,97%	10.615	10,615	0,10%	4,97%	
Certificados de Recebíveis Imobiliários - IPCA	7.214	7.214			10.615		10.615		

Certificados de Depósito Bancário (VI) **14.142** **14.142** **0,10%** **do CDI** **-** **-** **-**

Categoria I - Valor justo por meio de resultado (VII) = (I)+(II)+(III)+(IV)+(V)+(VI) **12.599.191** **12.599.191** **92,66%** **10.096.202** **10.096.202** **92,41%**

Quotas de Fundos de Investimento - IGPM **40.898** **40.898** **0,30%** **5,61%** **-** **-** **-**

Categoria II - Disponíveis para venda (VIII) **40.898** **40.898** **0,30%** **-** **-** **0,00%**

Total no Circulante (IX) = (VII)+(VIII) **12.640.089** **12.640.089** **92,96%** **10.096.202** **10.096.202** **92,41%**

Quotas de Fundos de Investimento - Exclusivos (X) **599.702** **599.702** **4,41%** **4,90%** **490.229** **490.229** **4,49%**

Quotas de Fundos de Investimento - IGPM - Maior que 1 ano **176.972** **176.972** **6,97%** **6,62%** **197.265** **197.265** **6,62%**

Quotas de Fundos de Investimento - IPCA - Maior que 1 ano **422.730** **422.730** **6,33%** **6,27%** **292.964** **292.964** **6,27%**

Categoria II - Disponíveis para venda (XI) = (X) **599.702** **599.702** **4,41%** **4,90%** **490.229** **490.229** **4,49%**

Quotas de Fundos de Investimento - Não Exclusivos Bloqueio Judicial **-** **-** **0,00%** **7.697** **7.697** **0,07%** **SELIC**

Quotas de Fundos de Investimento - Exclusivos Bloqueio Judicial **6.483** **6.483** **0,05%** **SELIC** **1.412** **1.412** **0,01%** **SELIC**

Categoria I - Valor justo por meio de resultado (XII) **6.483** **6.483** **0,05%** **9,10%** **9.109** **9.109** **0,08%**

Quotas de Fundos de Investimento - Exclusivos **347.365** **411.190** **2,55%** **8,20%** **327.018** **366.404** **2,99%** **8,19%**

Quotas de Fundos de Investimento - Exclusivos Bloqueio Judicial **3.184** **3.304** **0,03%** **6,45%** **2.809** **2.746** **0,03%** **6,45%**

Categoria III - Mantidos até o vencimento (XIII) **350.549** **414.494** **2,58%** **3,29%** **329.827** **369.150** **3,02%**

Total no Não Circulante (XIV) = (XI)+(XII)+(XIII) **956.734** **1.020.679** **7,04%** **8,29%** **829.165** **868.488** **7,59%**

Em 31/12/2016, o valor mensurado pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos dos títulos classificados como disponíveis para venda era de R\$ 597.129 (R\$ 517.330 em 31/12/2015). Dessa forma, os ganhos não realizados, registrados como Ajustes de Avaliação Patrimonial, montam R\$ 43.471 (R\$ 27.102 de perda em 31/12/2015). As quotas de fundos de investimento estão precificadas conforme valores publicamente divulgados pelas instituições financeiras administradoras dos respectivos fundos. **5.2 Movimentação das Aplicações por categorias**

	Valor justo por meio de resultado	Disponível para venda	Mantidos até o vencimento	Total
Saldo em 31/12/2014	8.416.253	510.347	144.971	9.071.571
Aplicações	4.624.881	233.877	166.501	5.025.259
Resgates	(3.869.270)	(269.422)	(14.414)	(4.153.106)
Rentabilidade	933.447	59.583	32.769	1.025.799
Ajuste Títulos de Valores Mobiliários	-	(44.156)	-	(44.156)
Saldo em 31/12/2015	10.105.311	490.229	329.827	10.925.367
Aplicações	5.291.021	157.435	-	5.448.456
Resgates	(4.414.349)	(78.360)	(28.880)	(4.521.589)
Rentabilidade	1.623.691	722	49.602	1.674.015
Ajuste Títulos de Valores Mobiliários	-	70.574	-	70.574
Saldo em 31/12/2016	12.605.674	640.600	350.549	13.596.823

5.3 Critérios Adotados na Determinação do Valor Justo. Os ativos mantidos em carteira administrada própria ou nos fundos de investimento exclusivos são avaliados ao valor justo, utilizando-se preços negociados em mercados ativos de referência divulgados pela ANBIMA e pela BM&FBOVESPA, exceto para os títulos classificados como mantidos até o vencimento, que são atualizados pelos indexadores e taxas pactuadas por ocasião de suas aquisições. Os ativos foram classificados por níveis de hierarquia de mensuração ao valor justo, sendo: • Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; • Nível 2: *inputs* de mercado, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 - que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); • Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis). Na sequência, a composição das aplicações financeiras classificadas por níveis de hierarquia de mensuração ao valor justo, incluindo a carteira dos fundos exclusivos:

	31/12/2016	Reclassificado 31/12/2015
Nível 1		
Ações de Cias Abertas	461.958	370.925
Futuros	(473)	970
Letras Financeiras do Tesouro *	2.476.102	2.161.356
Notas do Tesouro Nacional *	2.989.023	1.871.387
Letras do Tesouro Nacional *	2.200.292	810.151
Opções	(72)	15
Debêntures de Distribuição Pública	725.460	-
Operações Compromissadas	254.423	-
Nível 2		
Letras do Tesouro Nacional *	217.453	961.892
Notas do Tesouro Nacional *	246.381	370.270
Operações Compromissadas	502.798	807.023
Letras Financeiras	1.298.424	1.039.865
Certificados de Depósito Bancário	177.793	101.031
Debêntures de Distribuição Pública	280.906	916.259
Depósitos a Prazo com Garantia Especial	55.211	31.468
Certificados de Recebíveis Imobiliários	16.630	19.459
Fundos de Investimento Não Exclusivos	540.494	434.990
Fundos de Invest. de Ações	2.443	5.682
Fundos de Invest. de Renda Fixa	687	-
Fundos de Investimento Multimercado	16.610	9.201
Fundos de Investimento Referenciado - RF	4.387	22.089
Fundos de Investimento de Direitos Creditórios	128.789	178.341
Notas Promissórias	7.973	4.186
Letra de Câmbio	368	-
Futuros	(142)	-
Swaps	(1.067)	(515)
Opções	65	-
Outras Aplicações	2.758	(10.734)
Total (I) Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado	12.605.674	10.163.344
Nível 1		
Notas do Tesouro Nacional *	422.730	226.128
Nível 2		
Notas do Tesouro Nacional *	217.870	264.101
Total (II) Títulos disponíveis para venda	640.600	490.229
Nível 2		
Notas do Tesouro Nacional	414.494	369.150
Total (III) Títulos mantidos até o vencimento	414.494	369.150
Total (I+II+III)	13.660.768	11.022.723

* Em 31/12/2015 foi reclassificado do Nível 2 para o Nível 1, sendo R\$ 4.842.894 de Títulos mensurados ao valor justo por meio do resultado e R\$ 226.128 em títulos disponíveis para venda, visando refletir efeito comparativo. **6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS.** Em 31/12/2016 e 31/12/2015, a Companhia possuía os seguintes instrumentos financeiros derivativos em fundos exclusivos, negociados na BM&FBOVESPA e Swap contratados em mercado de balcão organizado.

Em 31/12/2016 e 31/12/2015, a Companhia possuía os seguintes instrumentos financeiros derivativos em fundos exclusivos, negociados na BM&FBOVESPA e Swap contratados em mercado de balcão organizado.

		31/12/2016				Exposição (notional)	
Futuro	Posição	Vencimento	Indexador de referência	Quantidade	Total em R\$ mil	Objetivo	
DAP	Vendido	2019	DI x IPCA	38	1	Hedge Índice	
DAP	Vendido	2021	DI x IPCA	27	1	Hedge Índice	
DAP	Vendido	2024	DI x IPCA	415	7	Hedge Índice	

continuação



ICATU SEGUROS S.A.

CNPJ: 42.283.770/0001-39

www.icatuseguros.com.br
Praça 22 de Abril, 36 - Cep: 20021-370 - RJ
Tel: (21) 3824-3900

7.3 Idade dos Prêmios a Receber. Os prêmios a receber por vencimento, líquidos da redução ao valor recuperável, estão distribuídos da seguinte forma:

	31/12/2016		31/12/2015		Prêmios a Receber Líquido
	Prêmios a Receber Bruto	Redução ao Valor Recuperável	Prêmios a Receber Bruto	Redução ao Valor Recuperável	
A vencer					
De 1 até 30 dias	84.619	(161)	84.458	82.036	82.036
Vencidos					
1 até 30 dias	5.345	(117)	5.228	6.436	6.436
31 até 60 dias	2.474	(54)	2.420	923	923
61 até 120 dias	1.954	(532)	1.422	1.255	(1.255)
121 até 180 dias	896	(244)	652	736	(736)
181 até 365 dias	1.087	(584)	503	1.183	(1.183)
mais de 365 dias	3.828	(3.828)	-	3.262	(3.262)
Total	100.203	(5.520)	94.683	95.831	(6.436)

O cálculo da redução ao valor recuperável foi baseado em estudo técnico, considerando a inadimplência dos últimos dois anos, sendo aplicados os seguintes percentuais: a vencer 1 até 30 dias (0,45%), vencidas de 1 até 60 dias (2,19%), 61 até 180 dias (27,24%), 181 até 360 dias (53,73%) e acima de 360 dias (100%). **8. OUTROS CRÉDITOS OPERACIONAIS.** Registra os adiantamentos relacionados às operações no valor de R\$ 1.433 (R\$ 2.502 em 31/12/2015) e os pagamentos das obrigações operacionais ainda não reportados pelas instituições financeiras no valor de R\$ 64.408 (R\$ 66.536 em 31/12/2015). O registro transitório fica aguardando o devido retorno para ser baixado. **9. TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER.** 9.1 **Títulos e créditos a receber.** "Outros Créditos a Receber" no ativo circulante é composta dos valores referente ao rateio de despesas administrativas compartilhadas pelas empresas do grupo no valor de R\$ 13.263 (R\$ 12.967 em 31/12/2015) e "Dividendos a Receber", onde estão registrados os direitos relativos às participações acionárias (nota 10), no valor de R\$ 40.999 (R\$ 10.981 em 31/12/2015). **9.2 Créditos Tributários e Previdenciários.** Os créditos tributários são compostos da seguinte forma:

	Circulante	
	31/12/2016	31/12/2015
Impostos a Recuperar		
Imposto de Renda	8.371	2.051
Contribuição Social COFINS	1.166	46
PIS	539	416
Outros	96	91
Total	10.672	3.047

10. INVESTIMENTOS: Os investimentos são compostos da seguinte forma:

Investimentos	Quantidade de Ações		% de Participação	Capital Social	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido (Prejuízo) do Exercício	Investimento		Resultado Patrimonial	
	ON	PN					31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Icatu Capitalização S.A	376.127.276	41.866.951	100,00%	66.151	172.300	97.559	172.300	107.857	97.559	6.1601
Brasilcap Capitalização S.A.	54.010.799	-	16,67%	231.265	451.092	408.770	75.197	73.642	68.142	60.089
Caixa Capitalização S.A	1.960	-	24,50%	210.000	388.093	128.882	95.083	57.402	31.576	35.282
Icatu Serviços de Adm. Previdenciária Ltda	-	40.243.958	99,99%	40.245	4.631	(5.535)	4.630	10.165	(5.535)	(17.451)
Banrisul Icatu Participações S.A	34.445.774	-	50,01%	71.024	109.059	38.029	54.541	38.212	19.019	16.919
Vanguarda Companhia de Seguros Gerais	3.316.721	-	100,00%	4.699	5.454	438	5.454	9.208	438	621
Itumbiara Participações Ltda.	-	3.854.870	100,00%	3.855	3.102	(430)	3.102	3.232	(430)	(9)
Icatu Consultoria Ltda.	-	86.685	100,00%	922	3.991	2.357	1.634	3.991	2.357	42
Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT	314.744	-	2,10%	-	-	-	396	361	12	11
Outras Participações Societárias [a]	-	-	-	-	-	-	12	109	(97)	-
Total das Participações Acionárias							414.706	301.822	213.041	157.105
Adiantamento para Aquisição de Investimentos [b]	-	-	-	-	-	-	11.000	-	-	-
Outros investimentos [c]	-	-	-	-	-	-	92	92	-	-
Total de Investimentos							425.798	301.914	213.041	157.105

a) Investidas Icatu S.A de Capitalização y Ahorro, Icatu Seguridade S.A e Icatu Consultoria de Investimento Ltda; b) Depósito bancário em favor da Sociedade em fase de organização RG Capitalização S.A.; c) Obras de Arte. A seguir, a movimentação das participações acionárias da Companhia:

Investimentos	Saldo em 31/12/2014		Baixas / Adições		Dividendos/ JCP		Ajuste TVM	Equivalência Patrimonial	Saldo em 31/12/2015		Dividendos/ JCP		Ajuste TVM	Equivalência Patrimonial	Saldo em 31/12/2016	
Icatu Capitalização S.A.	124.085	-	-	-	(50.000)	-	(27.829)	61.601	107.857	-	(70.390)	37.274	97.559	172.300	6.1601	
Brasilcap Capitalização S.A.	71.513	-	-	-	(57.960)	-	(26.719)	60.089	73.642	-	(66.587)	-	68.142	75.197	60.089	
Caixa Capitalização S.A.	65.916	-	-	-	(17.077)	-	-	35.282	57.402	-	(32.638)	38.743	31.576	95.083		
Banrisul Icatu Participações S.A.	21.491	-	(198)	-	-	-	-	16.919	38.212	13.477	(16.297)	130	19.019	54.541		
Icatu Serviços de Adm. Previdenciária Ltda.	38.615	17.001	(28.000)	-	-	-	-	(17.451)	10.165	-	-	-	(5.535)	4.630		
Vanguarda Companhia de Seguros Gerais	8.587	-	-	-	-	-	-	621	9.208	-	(4.192)	-	438	5.454		
Icatu Consultoria Ltda.	1.192	400	-	-	-	-	-	42	1.634	-	-	-	2.357	3.991		
Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT	380	38	(26)	(42)	-	-	-	11	361	23	-	-	12	396		
Itumbiara Participações Ltda.	2.890	1.383	(1.032)	-	-	-	-	(9)	3.232	300	-	-	(430)	3.102		
Outras Participações Societárias [a]	107	2	-	-	-	-	-	-	109	-	-	-	(97)	12		
Total	334.776	18.824	(29.256)	(125.079)	(54.548)	157.105	301.822	13.800	(190.104)	76.147	213.041	414.706				

a) Investidas Icatu S.A de Capitalización y Ahorro, Icatu Seguridade S.A e Icatu Consultoria de Investimento Ltda

11. INTANGÍVEIS: Os intangíveis são compostos da seguinte forma:

	31/12/2016	31/12/2015
Marcas e Patentes	71	71
Software	26.837	23.433
Outros Intangíveis [a]	204.326	190.626
Total	231.234	214.130
Amortização	(83.191)	(73.320)
	148.043	140.810

a) Composto principalmente por R\$ 150.993 pagos conforme contrato de direito de comercialização em caráter de exclusividade, de produtos de seguros de pessoas e previdência nos canais de distribuição do Banco Banrisul S.A. **12. CONTAS A PAGAR: 12.1 Obrigações a Pagar.** O passivo circulante tem como finalidade registrar obrigações com vencimento dentro de 12 meses seguintes à data das Demonstrações. São compostas da seguinte forma:

	31/12/2016	31/12/2015
Fornecedores	1.011	2.092
Participação nos Lucros a Pagar	30.201	34.135
Pagamentos a realizar	17.067	27.433
Outras - Portabilidades e PGBL	2.736	6.175
Provisão Fundo de Marketing	415	1.677
Obrigações em Compensação	2.484	4.280
Obrigações a Pagar - Campanhas	1.641	1.740
Outras Contas a Pagar	2.135	1.197
Provisões indedutíveis	2.551	1.951
Total	60.241	80.680

13. DEPÓSITOS DE TERCEIROS: Os depósitos de terceiros referem-se, principalmente, a prêmios e contribuições pagos pelos segurados e participantes, cujas apólices e certificados ainda não foram emitidos, e a depósitos bancários referentes a recebimentos de prêmios e contribuições que ainda não foram identificados, classificados no passivo circulante. A idade dos depósitos de terceiros está distribuída da seguinte forma:

	31/12/2016	31/12/2015
1 até 30 dias	9.920	14.105
31 até 60 dias	2.862	901
61 até 120 dias	1.128	2.178
121 até 180 dias	846	1.024
181 até 365 dias	1.497	2.956
mais de 365 dias	5.685	2.613
Total	21.938	23.777

14. PROVISÕES TÉCNICAS E CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS – SEGUROS: As Provisões Técnicas e os Custos de Aquisição Diferidos estão classificados no circulante e não circulante de acordo com a expectativa de exigibilidades e realização e são compostos da seguinte forma:

Provisões Técnicas - Seguros	31/12/2016			31/12/2015			Total*
	Pessoas	Vida Individual	Vida Cobert. p/ Sobrev.	Total	Pessoas	Vida Individual	
Circulante							
Prêmios não Ganhos	64.176	2.160	-	66.336	64.999	2.497	67.496
Prêmios não Ganhos - RVNE	12.020	596	-	12.616	13.689	715	14.404
Sinistros a Liquidar	169.395	6.102	19	175.516	163.597	4.222	167.839
Sinistros Ocorridos mas não Avisados	248.443	3.583	-	252.026	216.193	896	217.089
Benefícios a Conceder	8	711.336	711.344	-	27	563.016	563.043
Benefícios Concedidos	-	26	3.449	3.475	-	25	1.768
Excedente Financeiro	-	1	2	-	2	-	2
Provisão de Despesas Relacionadas	2.399	47	3	2.449	1.974	17	2
Excedente Técnico	4.747	-	-	4.747	23.861	-	23.861
Resgates e/ou Outros Valores a Regularizar	-	13.298	26.256	39.554	-	12.280	31.279
Total	501.180	25.821	741.064	1.268.065	484.313	20.681	596.085
Não Circulante							
Prêmios não Ganhos	58.270	-	-	58.270	78.554	-	78.554
Sinistros a Liquidar	101.744	4.654	-	106.398	76.877	4.100	80.977
Sinistros Ocorridos mas não Avisados	106.988	5.741	-	112.729	92.671	483	93.154
Benefícios a Conceder	-	62	5.216.464	5.216.526	-	197	4.128.780
Benefícios Concedidos	-	165	19.844	20.009	-	168	10.405
Provisão de Despesas Relacionadas	1.024	57	23	1.104	646	24	14
Excedente Técnico	169	-	-	169	10.678	-	10.678
Total	268.195	10.679	5.236.331	5.515.205	259.426	4.972	4.139.199

* A PSL foi reclassificada em 31/12/2015 no valor de R\$ 7917 conforme nota 2.1

Custos de Aquisição Diferidos - Seguros	31/12/2016			31/12/2015			Total*
	Pessoas	Vida Individual	Vida Cobert. p/ Sobrev.	Total	Pessoas	Vida Individual	
Circulante	42.793	557	2.997	46.347	38.162	416	8.906
Não Circulante	40.860	-	5.740	46.600	63.909	-	1.384
Total	83.653	557	8.737	92.947	102.071	416	10.290

* O Saldo anterior (31/12/2015), foi reclassificado conforme descrito na nota 2.1

As movimentações das provisões técnicas e dos custos de aquisição diferidos estão demonstradas a seguir:

Provisões Técnicas - Seguros	Saldos em 31/12/2014		Consti-tuições	Rever-sões Monetária	Atualiza-ção Monetária	Saldos em 31/12/2015*		Consti-tuições	Rever-sões Monetária	Atualiza-ção Monetária	Saldos em 31/12/2016	
Prêmios não Ganhos	129.967	42.238	(26.155)	-	146.050	26.664	(48.108)	-	-	-	124.606	
Prêmios não Ganhos - RVNE	21.406	67878	(74.880)	-	14.404	13.207	(14.995)	-	-	-	12.616	
Sinistros a Liquidar	214.116	504.467	(500.839)	31.072	248.816	455.740	(454.814)	32.172	-	-	281.914	
Sinistros Ocorridos mas não Avisados	292.913	1.199.400	(1.213.719)	31.649	310.243	1.386.705	(1.374.303)	42.110	-	-	364.755	
Benefícios a Conceder	3.653.678	1.926.983	(1.312.060)	423.419	4.692.020	2.172.137	(1.649.793)	713.506	-	-	5.927.870	
Benefícios Concedidos	8.641	5.207	(2.646)	1.164	12.366	32.765	(23.437)	1.790	-	-	23.484	
Excedente Financeiro	1	-	-	1	2	-	-	-	-	-	2	
Provisão de Despesas Relacionadas	2.747	2.185	(2.438)	183	2.677	5.485	(4.825)	216	-	-	3.553	
Excedente Técnico	31.256	76.350	(73.067)	-	34.539	48.371	(77.994)	-	-	-	4.916	
Resgates e/ou Outros Valores a Regularizar	22.635	202.646	(182.624)	902	43.559	253.634	(258.524)	885	-	-	39.554	
Total	4.377.360	4.027.										

continuação

ICATU SEGUROS S.A.

CNPJ: 42.283.770/0001-39

www.icatuseguros.com.br
Praça 22 de Abril, 36 - Cep: 20021-370 - RJ
Tel: (21) 3824-3900

não relacionadas à operação e pelas discussões em que se questionam PIS e COFINS sobre as receitas financeiras e encargos previdenciários sobre participação nos lucros e resultados. As provisões judiciais estão classificadas no passivo não circulante, conforme demonstrado a seguir:

	Causas Cíveis - Relacionadas a Sinistros/Benefícios			31/12/2015		
	Quantidade	Valor Estimado do Risco	Valor Provisionado	Quantidade	Valor Estimado do Risco	Valor Provisionado
Probabilidade de Perda						
Provável	1.228	140.469	140.469	1.072	114.694	114.694
Possível	1.263	149.257	-	1.062	118.637	-
Remota	200	25.039	-	209	23.189	-
Total	2.691	314.765	140.469	2.343	256.520	114.694

	Causas Cíveis - Não Relacionadas a Sinistros/Benefícios			31/12/2015		
	Quantidade	Valor Estimado do Risco	Valor Provisionado	Quantidade	Valor Estimado do Risco	Valor Provisionado
Probabilidade de Perda						
Provável	255	7.446	7.446	410	8.567	8.567
Possível	713	38.138	-	877	58.218	-
Remota	72	23.802	-	118	23.738	-
Total	1.040	69.386	7.446	1.405	90.523	8.567

	Causas Trabalhistas			31/12/2015		
	Quantidade	Valor Estimado do Risco	Valor Provisionado	Quantidade	Valor Estimado do Risco	Valor Provisionado
Probabilidade de Perda						
Provável	22	3.124	3.124	19	2.757	2.757
Possível	63	6.733	-	56	4.104	-
Remota	13	2.395	-	15	1.756	-
Total	98	12.252	3.124	90	8.617	2.757

	Causas Fiscais			31/12/2015		
	Quantidade	Valor Estimado do Risco	Valor Provisionado	Quantidade	Valor Estimado do Risco	Valor Provisionado
Probabilidade de Perda						
Provável	7	2.803	2.803	4	216	216
Possível	58	19.450	-	65	27.351	-
Remota	3	1.719	-	4	1.687	-
Total	68	23.972	2.803	73	29.254	216

* O Saldo em 31/12/2015, foi reclassificado conforme descrito na nota 2.1

Movimentação de Provisões Judiciais:

	Cíveis	Trabalhistas	Fiscais
Saldos em 31 de Dezembro de 2014	105.200	2.499	216
Causas Adicionais	15.918	67	-
Causas Baixadas	(33.984)	(1.625)	-
Causas Ajustadas	36.127	1.816	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2015	123.261	2.757	216
Causas Adicionais	10.906	-	-
Causas Baixadas	(54.969)	(427)	(15)
Causas Ajustadas	68.717	794	2.602
Saldos em 31 de Dezembro de 2016	147.915	3.124	2.803

17.2 OBRIGAÇÕES FISCAIS. São registradas no passivo não circulante na rubrica "Outras Contas a Pagar", compostas como segue:

	Saldo em 31/12/2014	Adições	Atualização Monetária	Pagamentos/ Baixas	Saldo em 31/12/2015	Adições	Atualização Monetária	Saldo em 31/12/2016
Contribuição Social	21.909	8.350	2.955	-	33.214	11.854	4.729	49.797
COFINS	71.402	1.095	5.628	(4.590)	73.535	6.423	6.374	86.332
PIS	22.876	178	1.746	(746)	24.054	1.044	1.910	27.008
Outras Contas a Pagar	116.187	9.623	10.329	(5.336)	130.803	19.321	13.013	163.137

A seguir, um resumo dos principais questionamentos fiscais oriundos de obrigações legais.

	Probabilidade de Perda	Fase Processual	Depósito Judicial		Provisão	
			Valor atualizado em 31/12/2016	Valor atualizado em 31/12/2015	Valor atualizado em 31/12/2016	Valor atualizado em 31/12/2015
TESE						
CSLL - Majoração da alíquota, de 9% para 15% - Lei nº 11.727/2008; e majoração da alíquota de 15% para 20% - Lei nº 13.169/2015.	Possível	Lei nº 11.727/2008 - Recurso Extraordinário no STF e Lei nº 13.169/2015 - 2ª instância.	R\$ 56.953	R\$ 38.164	R\$ 49.797	R\$ 33.214
PIS/Cofins - Alargamento da base - Lei nº 9.718/1998; Ativo garantidor e ativo livre - Lei nº 12.973/2014.	Possível	Alargamento da base - Aguardando decisão do STF e STJ; Ativo garantidor - 2ª instância e Ativo livre - 2ª instância.	R\$ 100.853, sendo R\$ 86.397 de COFINS e R\$ 14.456 de PIS	R\$ 83.072, sendo R\$ 71.529 COFINS, e R\$ 11.542 PIS	R\$ 100.361, sendo R\$ 14.029 PIS e R\$ 73.535 COFINS	R\$ 85.485, sendo R\$ 11.950 PIS e R\$ 73.535 COFINS
PIS - Sobre as receitas brutas operacionais de jul/97 em diante - Emenda Constitucional nº 17/1997.	Provável	A decisão foi parcialmente favorável. Aguardando conversão em favor da União e Companhia.	R\$ 6.448	R\$ 6.154	R\$ 5.347	R\$ 5.053
PIS - Incidente sobre as receitas operacionais brutas nos termos do artigo 72, inciso V do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988.	Provável	Aguardando decisão do STF.	R\$ 9.637	R\$ 8.932	R\$ 7.632	R\$ 7.051
CPMF - Sobre o valor da transferência da quota FIE/FIFE que integra a transferência da carteira da Canadá Life.	Possível	2ª instância	R\$ 668	R\$ 625	-	-

17.3 DEPÓSITOS JUDICIAIS E FISCAIS: Os depósitos judiciais relativos às Obrigações Fiscais, Cíveis e Trabalhistas são registrados no ativo não circulante e são compostos como segue:

	31/12/2016	31/12/2015
Cíveis	20.780	20.113
Trabalhistas	3.409	2.823
Fiscais	177.092	139.061
Outros	266	193
Total	201.547	162.190

Segue abaixo a movimentação dos Depósitos Judiciais fiscais:

	Saldo em 31/12/2015	Adições	Atualização Monetária	Saldo em 31/12/2016
Contribuição Social	38.163	13.870	4.920	56.953
COFINS	71.529	7.466	7.402	86.397
PIS	26.628	1.577	2.336	30.541
CPMF	625	-	43	668
Outros	2.116	176	241	2.533
TOTAL	139.061	23.089	14.942	177.092

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO: 18.1 Capital Social: O capital subscrito e integralizado de R\$ 425.000 é representado por 640.969 ações sem valor nominal, sendo 555.644 ações ordinárias e 85.325 ações preferenciais. As ações preferenciais não possuem direito de voto, mas têm direito a dividendo mínimo de 1% incidente sobre o capital social representado pelas ações preferenciais e possuem prioridade no reembolso do capital, sem prêmio, com base na parcela do preço de emissão destinada à conta capital. **18.2 Reservas de Lucros:** As Reservas de Lucros de R\$ 585.747 (R\$ 499.457 em 31/12/2015) são compostas por: Reserva legal de R\$ 62.646 (R\$ 49.332 em 31/12/2015) que é constituída ao final do exercício social com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício e será constituída pela Companhia até que o seu valor atinja 20% do capital social em conformidade com o art. 193 da Lei 6.404/76. Reserva Estatutária de R\$ 523.101 (R\$ 450.125 em 31/12/2015) é constituída ao final do exercício social por até 100% do lucro líquido do exercício, após as deduções legais. Na Assembleia Geral Ordinária realizada em 31/03/2016, os acionistas deliberaram pela distribuição de dividendos no valor de R\$ 110.000 (R\$ 100.000 em 2015) com recursos da Reserva Estatutária. **18.3 Ajuste de Avaliação Patrimonial:** A rubrica "Ajuste de Avaliação Patrimonial" registra os ganhos e perdas não realizados dos títulos e valores mobiliários classificados na categoria disponíveis para venda, relativos a títulos próprios e de suas controladas, líquidos dos correspondentes efeitos tributários que são registrados no ativo não circulante, na rubrica de créditos tributários. O saldo "credor" registrado no Patrimônio é R\$ 170.772 (R\$ 101.396 "devedor" em 31/12/2015). **18.4 Destinação de Resultados:** No exercício findo em 31/12/2016, a Companhia apurou lucro de R\$ 266.290, cuja destinação proposta foi de R\$ 13.314 para constituição de Reserva Legal e R\$ 182.976 para Reserva Estatutária. Na Assembleia Geral Extraordinária em 17/11/2016, os acionistas deliberaram pela distribuição de Dividendos Intermediários no valor de R\$ 70.000.

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO AJUSTADO E CAPITAL MÍNIMO REQUERIDO: Calculado conforme a Resolução CNSP nº 321/15, alterada pela Resolução CNSP nº 343/16:

	31/12/2016	31/12/2015
Patrimônio Líquido	1.063.396	858.638
Ajustes contábeis	(515.644)	(442.808)
Participação Coligadas e Controladas	(414.706)	(301.822)
Despesas Antecipadas	(78)	(84)
Ativos Intangíveis	(148.043)	(140.810)
Obras de Arte	(92)	(92)
Ajuste contábil - 50% Ativos intangíveis Ponto de venda 15% CMR (+)	47.275	-
Ajustes associados à variação dos valores econômicos:	20.175	-
Ativos financeiros na Cat. mantidos até o vencimento	34.991	-
Redução no TAP referente a diferença de marcação dos ativos vinculados	(19.279)	-
Superávit entre provisões e fluxo realista de prêmios/cont. registradas	4.463	-
Patrimônio Líquido Ajustado (PLA)	567.927	415.830
Capital Base (CB)	15.000	15.000
Capital de Risco de Crédito	47.043	42.478
Capital de Risco de Subscrição	273.288	295.931
Capital de Risco - Mercado	15.349	-
Capital de Risco - Redução por correlação	(31.624)	(19.113)
Capital de Risco - Operacional	11.114	8.892
Capital de Risco (CR)	315.170	328.188
Capital Mínimo Requerido - CMR = (MAX(CB,CR))	315.170	328.188
Suficiência	252.757	87.642
Razão PLA/CMR	1,80	1,27
Ativos Líquidos	87.169	219.077
Índice de Liquidez em relação ao CR %	27,66%	66,75%

20. PARTES RELACIONADAS: Os principais saldos, receitas e despesas resultantes de transações com partes relacionadas são como se segue:

Ativo	31/12/2016		31/12/2015	
	62.793	25.939	Receitas	31/12/2016
Dividendos a Receber	41.026	10.980		31/12/2015
				111.585
Caixa Capitalização S.A. (Coligada) [c]	7.499	8.379	Icatu Capitalização S.A. (Controlada) [a] [b]	101.440
JCP - BrasilCap Capitalização S.A. (Coligada) [c]	-	2.601	Vanguarda Companhia de Seguros Gerais (Controlada) [b]	17
Icatu Capitalização S.A. (Controlada) [c]	24.390	-	Icatu Serviços de Adm. Previdenciária Ltda (Controlada) [b]	2.679
Vanguarda Companhia de Seguros Gerais (Controlada) [c]	104	-	Icatu Vanguarda Adm. de Recursos Ltda. (Ligada) [b]	1.585
Barrisul Icatu Participações S.A. (Controlada) [c]	9.033	-	Icatu Consultoria Ltda. (Controlada) [b]	370
			Rio Grande Seguros e Previdência S.A. (Controlada) [f]	195.243
			JCP - BrasilCap Capitalização S.A. (Coligada) [c]	5.072
				3.060
Contas a Receber	21.767	14.959	Despesas	(415.368)
Icatu Capitalização S.A. (Controlada) [a] [b]	14.692	12.027	Administradores (Outros) [d]	(12.695)
Rio Grande Seg. Prev. S.A. (Controlada)[f]	4.897	810		(8.747)
Vanguarda Companhia de Seguros Gerais (Controlada) [b]	-	7	Icatu Capitalização S.A. (Controlada) [a]	(95.929)
Icatu Serviços de Adm. Previdenciária Ltda (Controlada) [b]	151	375	Icatu Fundo Multipatrocinado - FMP (Ligada) [g]	(304.224)
Icatu Vanguarda Adm. de Recursos Ltda. (Ligada) [b]	468	279	Rio Grande Seguros e Previdência S.A. (Controlada) [f]	(2.520)
Icatu Consultoria Ltda. (Coligada) [b]	127	1		(2.056)
Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT (Ligada) [e]	1.432	1.460		
Passivo	(12.593)	(13.091)	Total (Receitas - Despesas)	(97.089)
Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT (Ligada) [e]	(812)	(407)		(28.779)
Rio Grande Seg. Prev. S.A. (Controlada) [f]	(11.781)	(13.494)		
Total (Ativo - Passivos)	50.200	12.038		

A natureza das principais transações com partes relacionadas é descrita a seguir: a) A Companhia adquire títulos de capitalização emitidos pela sua controlada Icatu Capitalização. Os títulos são de pagamento único e vigência mensal. Seu preço é determinado de acordo com notas técnicas atuariais protocoladas na SUSEP e condizentes com as práticas de mercado para esse tipo de operação. O objetivo é oferecer ao segurado da Companhia uma possibilidade de ganho extra pela premiação do título de capitalização atrelado ao seguro adquirido, cujo direito ao sorteio é cedido pela Companhia. Os efeitos dessa operação estão registrados na demonstração do resultado na rubrica "Outras Receitas e Despesas Operacionais"; b) Reembolsos de custos administrativos, referem-se a rateio de despesas comuns a Companhia, suas Controladas e Ligadas, os saldos são liquidados mensalmente, conforme estabelecido em instrumento particular de convênio assinado entre as partes; c) Dividendos e Juros sobre Capital Próprio a receber referem-se às movimentações oriundas da distribuição de resultados de empresas coligadas e controladas. d) Na Assembleia Geral Ordinária é fixado o montante global da remuneração dos Administradores, conforme determina o Estatuto Social, a ser rateado entre seus membros, registrada na rubrica "Despesas Administrativas", referentes à remuneração e benefícios de curto e longo prazo. e) O saldo referente à Seguradora Líder origina-se da participação da Companhia no Consórcio, que registra a operação e repassa a informação, sem movimentação financeira, constituindo, um "Contas a Receber/Pagar"; f) A Companhia mantém acordo operacional de cosseguro com sua controlada indireta Companhia Rio Grande. Os valores do "contas a pagar" são liquidados nos meses subsequentes. g) Contribuições ao Icatu FMP, entidade de previdência complementar fechada, relativas ao plano de aposentadoria de contribuição variável, parcialmente patrocinado pela Companhia, destinada a proporcionar complementação previdenciária a seus funcionários. **21. PRINCIPAIS RAMOS DE ATUAÇÃO - SEGUROS:** Os principais ramos de seguros estão assim compostos:

Ramo	31/12/2016		31/12/2015	
	Prêmios Ganhos	Índice de Sinistralidade	Prêmios Ganhos	Índice de Sinistralidade
Vida em Grupo	657.097	54,5%	639.096	50,1%
Prestamistas	262.378	14,0%	332.815	22,3%
DPVAT	70.052	85,7%	71.094	87,9%
Acidentes Pessoais	45.603	41,0%	39.700	11,2%
Vida Individual	41.391	49,5%	40.157	11,5%
Outros	31.165	45,0%	38.039	38,3%
Total	1.107.686	45,9%	1.160.901	42,0%

Ao longo do ano, a Companhia realizou a transferência de parte das operações de seguros de pessoas, prevista em contrato, para a Rio Grande Seguros e Previdência S.A., sua controlada. Por esta razão, o Prêmio Ganho e o Faturamento ficaram em linha com o ano anterior. **22. DETALHAMENTO DE CONTAS DA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO**

	31/12/2016	31/12/2015
Sinistros Ocorridos	(508.153)	(488.029)
Indenizações Avisadas	(529.288)	(468.950)
Indenizações Avisadas de Consórcios e Fundos	(28.031)	(40.734)
Varição da Provisão de Sinistros Ocorridos mas não Avisados	4.060	19.178
Despesas com Sinistros	(12.932)	(15.283)
Despesas com Benefícios-Seguro Vida Individual (-)VGBL	(9.081)	(11.629)
Recuperação de Sinistros	74.097	32.586
Outras Despesas com Sinistros	(6.978)	(3.197)
Custos de Aquisição	(268.861)	(348.833)
Comissões sobre Prêmio Retido	(316.554)	(307.400)
Recuperação de Comissões	193.513	58.856
Outras Despesas de Comercialização	(127.545)	(111.846)
Varição Comissões Deferidas	(18.275)	11.557
Outras Receitas e Despesas Operacionais - Seguros e Resseguros	(56.482)	(68.086)
Despesas com Cobrança	(3.962)	(3.926)
Reversão (Provisão) para Contingências Cíveis	(1.416)	(7.115)
Reversão (Constituição) de Provisão para Riscos de Créditos	5.608	(6.708)
Prestação de Serviço Ativo	(8.436)	(13.925)
Receitas c/ Operações Seguros	14.952	15.633
Despesas c/ Operações Seguros *	(62.559)	(48.052)
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais	(669)	(3.993)
Resultado com Operações de Resseguro - Seguros e Previdência	(1.302)	(4.526)
Receita com Resseguro - Seguros	31.049	25.045
Receita com Resseguro - Previdência		

continuação

Icatu SEGUROS

ICATU SEGUROS S.A.

CNPJ: 42.283.770/0001-39

www.icatusseguros.com.br
Praça 22 de Abril, 36 - Cep: 20021-370 - RJ
Tel: (21) 3824-3900

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

Maria do Carmo Nabuco de Almeida Braga

Conselheiros

Luciano Soares

Marcos Pessoa de Queiroz Falcão

Luis Antonio Nabuco de Almeida Braga

DIRETORIA

Diretor Presidente

Luciano Snel Corrêa

Diretores

Alexandre Petrone Vilardi

Mário José Gonzaga Petrelli

Cesar Luiz Salazar Saut

CONTADOR

Marcos Celio Santos Nogueira
CRC-RJ nº 089.351/O-8

ATUÁRIO

Luciana da Silva Bastos
MIBA nº 1064

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA REFERENTE AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31/12/2016

INTRODUÇÃO:

O Comitê de Auditoria ("Comitê") da Icatu Seguros S.A. e suas controladas diretas Icatu Capitalização S.A. e Vanguarda Companhia de Seguros Gerais e a controlada indireta Rio Grande Seguros e Previdência S.A. (doravante referidas em seu conjunto como "Empresas"), funciona de acordo com as regras da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), especialmente a Resolução CNSP nº 321/2015. São atribuições do Comitê: assessorar o Conselho de Administração na supervisão da qualidade e integridade das demonstrações financeiras, do cumprimento das disposições legais e regulatórias, da qualificação, independência e atuação dos auditores independentes, da atuação da auditoria interna e das atividades de gerenciamento de riscos e de controles internos. É responsabilidade da administração das Empresas a elaboração das demonstrações financeiras em conformidade com a legislação e regulamentação vigentes no Brasil, e a definição e manutenção de controles internos adequados para garantir a qualidade e integridade dessas demonstrações financeiras. As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da administração das Empresas, dos auditores independentes, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos, e de outras áreas julgadas necessárias pelo Comitê do Comitê, além das próprias análises e verificação efetuadas pelo Comitê.

ATIVIDADES DO COMITÊ NO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31/12/2016: As principais atividades e trabalhos desenvolvidos pelo Comitê no exercício social foram: - Reuniões com executivos e profissionais das áreas de operações, controladoria, contabilidade, financeira, tecnologia e segurança da informação, jurídica, controles internos e *compliance* e auditoria interna, assim como a leitura dos relatórios da ouvidoria. - Revisão do plano anual e acompanhamento dos trabalhos e relatórios da auditoria interna. O Comitê acompanhou também a implantação dos planos de ação propostos pela administração das Empresas para mitigação das deficiências ou oportunidades de melhorias nos controles internos identificadas pela auditoria interna. - Avaliação do planejamento dos trabalhos e do desempenho e independência dos auditores independentes. O Comitê analisou os relatórios emitidos pelos auditores independentes sobre questões relacionadas com

controles internos, cumprimento de dispositivos legais e regulatórios e divulgação de informações contábeis, assim como a implantação das ações propostas pela administração das Empresas para melhoria dos procedimentos e do ambiente de controles internos. - Acompanhamento das atividades executadas pela administração das Empresas relacionadas com a avaliação e gerenciamento de riscos, gestão do sistema de controles internos e cumprimento de normas externas e internas. - Revisão das demonstrações financeiras das Empresas relativas ao exercício social findo em 31/12/2016, notas explicativas e correspondentes relatórios dos auditores independentes, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela SUSEP. - Reuniões regulares com o Presidente e outros membros da Diretoria, quando apresentou sugestões para o aprimoramento dos controles internos e gestão de riscos. **CONCLUSÕES:** Com base nos resultados das atividades desenvolvidas, conforme descrito acima, e nos relatórios dos auditores independentes, o Comitê de Auditoria recomenda ao Conselho de Administração a aprovação das demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31/12/2016 da Icatu Seguros S.A., Icatu Capitalização S.A., Rio Grande Seguros e Previdência S.A. e Vanguarda Companhia de Seguros Gerais. Ainda, no cumprimento de suas atribuições, e observando o disposto na Resolução CNSP nº 321/2015 e no seu Regimento Interno, nada veio ao conhecimento do Comitê, no curso de seus trabalhos, que o leve a considerar que os sistemas de controles internos e de gerenciamento de riscos das Empresas não estão estruturados para propiciar o adequado registro e controle das operações, bem como a observância das disposições legais, regulatórias e normativas internos.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2017.

Manuel Luiz da Silva Araújo

Coordenador do Comitê

John Peter Richard James

Membro do Comitê

José Rubens Alonso

Membro do Comitê.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES INDIVIDUAIS

Aos Administradores e Acionistas da Icatu Seguros S.A. **Rio de Janeiro - RJ.**

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Icatu Seguros S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações individuais do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Icatu Seguros S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e o relatório do auditor:** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais. **Responsabilidades do**

auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2017.

KPMG Auditores Independentes - CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Fernando Antonio Rodrigues Alfredo

Contador

CRC 1SP252419/O-0

PARECER DOS ATUÁRIOS INDEPENDENTES

Ao Conselho de Administração e Acionistas da **Icatu Seguros S.A.** São Paulo - SP. Examinamos as provisões técnicas, exceto os valores relativos ao seguro DPVAT, e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da Icatu Seguros S.A., em 31 de dezembro de 2016, descritos no anexo I deste relatório, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP. **Responsabilidade da Administração.** A Administração é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos atuários independentes.** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as provisões técnicas, os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção estão livres de distorção relevante. Em relação ao aspecto da Solvência, nossa responsabilidade está restrita a adequação dos demonstrativos da solvência e do capital mínimo da Sociedade e não abrange uma opinião no que se refere as condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro. Uma auditoria atuarial envolve a execução de

procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da Sociedade para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Icatu Seguros S.A. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial. **Opinião.** Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção acima referidos da Icatu Seguros S.A., em 31 de dezembro de 2016 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP. **Outros assuntos.** No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, em base de testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, em base de testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à Susep por meio dos Quadros Estatísticos, para o exercício auditado, em seus

aspectos mais relevantes. São Paulo, 21 de fevereiro de 2017. Joel Garcia - Atuário MIBA 1131. KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda. - CNPJ: 02.668.801/0001-55 - CIBA 48.

Anexo I

ICATU SEGUROS S.A.

(Em milhares de Reais)

1. Provisões Técnicas e ativos de resseguro	31/12/2016
Total de provisões técnicas	13.367.898
Total de provisões técnicas auditadas	13.240.650
Total de ativos de resseguro	43.087
2. Demonstrativo dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas auditadas	31/12/2016
Provisões Técnicas (a)	13.240.650
TAP	35.054
Valores redutores (b)	12.033.193
Total a ser coberto (a-b)	1.242.511
3. Demonstrativo do Capital Mínimo	31/12/2016
Capital Base (a)	15.000
Capital de Risco (CR) (b)	315.170
Exigência de Capital (CMR) (máximo de a e b)	315.170
4. Demonstrativo da Solvência	31/12/2016
Patrimônio Líquido Ajustado - PLA (a)	567.927
Exigência de Capital (CMR) (b)	315.170
Suficiência / (Insuficiência) do PLA (c = a - b)	252.757
Ativos Garantidores (d)	1.684.049
Total a ser Coberto (e)	1.369.759
Suficiência/ (Insuficiência) dos Ativos Garantidores (f = d - e)	314.290
Ativos Líquidos (g)	87.169
Capital de Risco (CR) (h)	315.170
Índice de Liquidez em relação ao CR % (*) (g / h)	27,7%
(*) O índice de liquidez em relação ao Capital de Risco requerido pela Resolução CNSP nº 321/2015 e modificações é de, no mínimo, 20%.	
5. Demonstrativo dos limites de retenção (Ramos SUSEP)	31/12/2016
0980; 0990; 1380; 1390	400
1329; 1383; 1384; 1391	1.200
0977; 0982; 1061; 1198; 1381	2.000
0929; 0984; 0987; 0993	6.000